



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### HABITAÇÃO

#### Resoluções

#### Ações MCidades

Criação do Fundo Nacional de Moradia Popular , incluindo-o no Sistema Nacional de Habitação, a fim de garantir recursos para a política nacional de habitação.

A **nova Política Nacional de Habitação**, aprovada no Conselho Nacional das Cidades, **foi aprovada este ano (2005)** no Congresso Nacional. **Em junho o presidente Lula sancionou a Lei que cria o Fundo Nacional de Interesse Social**, que também prevê a formação do Conselho Gestor para o Fundo. O principal objetivo do Fundo é somar e articular todos os recursos para ações em habitação nos três níveis de governo - federal, estaduais e municipais -, e direcioná-los para atender as famílias de baixa renda.

Redução do Déficit à Habitação de Interesse Social em áreas urbanas e rurais; criação de programas de crédito a população de baixa renda; incentivar a participação de agentes promotores e financeiros e apoiar a formação de cooperativas e associações comunitárias de autogestão.

**O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) foi revisado e direcionado ao atendimento de famílias com renda de até três (3) salários mínimos**, antes era para famílias com renda de até cinco (5) salários mínimos . O Programa ainda ampliou o valor do subsídio, passou a atender a habitação rural , demandas de cooperativas e diversificou os agentes financeiros.

Ampliação e fortalecimento de programas e projetos de urbanização de assentamentos precários (favelas, ocupações, cortiços, bairros periféricos, etc), implantando infra-estrutura e dando condição de habitabilidade, garantindo a mobilidade urbana, promovendo a inclusão social.

**O Programa Habitar-Brasil - de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) foi revitalizado** ampliando o volume de recursos disponíveis para o programa. O Programa abrangia 69 empreendimentos em 2003 e **hoje atende 119 projetos, alcançando 89 mil famílias**.

Ampliar os imóveis destinados a população de baixa renda pelo sistema de Arrendamento Residencial e promover a revisão de todos os programas de financiamento existentes.

**O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) teve garantida a sua continuidade, tendo sido revisado e redirecionado para o atendimento de famílias que ganham até quatro (4) salários mínimos**. O valor do investimento por unidade habitacional também foi aumentado.

## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

Resoluções	Ações MCidades
<p>Promover a revisão de todos os programas de financiamento existentes e financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel, novo ou usado, construção em terreno próprio por gestão associativa, incluindo terreno, material e projeto.</p>	<p><b>Os programas oriundos do FGTS - Programa Pró-Moradia e Carta de Crédito Individual e Associativa - foram reformulados e redirecionados para atendimentos específicos, como no caso do Pró-Moradia que atende exclusivamente demandas de urbanização de assentamentos subnormais (precários). Ganhou maior direcionamento dos recursos para famílias com renda de até cinco (5) salários mínimos; Criação de uma linha de financiamento exclusiva para famílias com renda até seis (6) salários mínimos, organizadas de forma associativa e sem renda formal; E atendimento de habitação rural, através da modalidade material de construção.</b></p>
Resoluções	Ações MCidades

## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

<p>Criar programas com créditos onerosos e subsidiados para ampliar o acesso da população de baixa renda a unidades habitacionais através da construção de novas unidades , produção de lotes urbanizados, promoção de melhorias e ampliações de domicílios existentes e a ocupação de unidades habitacionais vazias.</p> <p>Proporcionar financiamento a pessoas físicas; cooperativas, associações autogestionárias, mutirões, sindicatos, etc e financiamento de pessoas jurídicas, considerando a demanda organizada local.</p>	<p>Foi <b>criado, com exclusividade para os movimentos sociais, o Programa de Crédito Solidário</b>, com recursos do fundo de Desenvolvimento Social, voltado à concessão de financiamentos a beneficiários finais com renda de até cinco (5) salários mínimos, organizados de forma associativa ou cooperativa, <b>COM JUROS ZERO</b> e fundo garantidor de aval.</p>
<p>Definição de fontes e mecanismos estáveis de financiamento do desenvolvimento urbano - Rever os sistemas financeiros de habitação a fim de garantir fontes estáveis de financiamento tanto para o setor público quanto para famílias de baixa renda.</p>	<p><b>Duas iniciativas inovadoras do atual Governo Federal propiciaram a uma mudança no Mercado Imobiliário privado ampliando as perspectivas de moradia para a classe média.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aprovação da Lei do Mercado Imobiliário nº 10.931/04; e</li> <li>2) Edição, em março de 2004, da Resolução 3.177 do Conselho Monetário Nacional, que permite o ingresso no mercado imobiliários de R\$ 12 bilhões em recursos de poupança privada por ano, mobilizando agentes financeiros e gerando mais empregos.</li> </ol>
<p><b>Resoluções</b></p>	<p><b>Ações MCidades</b></p>

## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

Inclusão social e redução das desigualdades e combate à discriminação de grupos sociais e étnicos-raciais.

Através de **Projetos Especiais** foram criadas linhas de atendimentos prioritários e especiais nos programas habitacionais do Ministério (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) - Crédito Solidário - e Carta de Crédito). Atendimento de **comunidades remanescentes de Quilombos (Ação Quilombola)** e atendimento de **comunidades indígenas**. Também foi criado a linha de **habitação rural** atendendo **demandas de pequenos agricultores e assentamentos rurais**.

## SANEAMENTO AMBIENTAL

### Resoluções

### Ações MCidades

Ampliar os propósitos do MCidades consoantes com as ações de outros Ministérios e integrada nos níveis federal, estadual e municipal, bem como reavaliar os programas nacionais existentes.

Em 2003 foi criado por Decreto Presidencial o **Grupo de trabalho Interministerial em Saneamento Ambiental**, sob coordenação do MCidades, para orientar e organizar as ações do Governo Federal nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas. O GTI é composto por 15 Ministérios e seus organismos, e trabalhou na formulação do Projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, da Política de Saneamento e seu Marco Regulatório.

### Resoluções

### Ações MCidades



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

Criação da Política Nacional de Saneamento.

Promover o acesso universal ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana, priorizando o atendimento às famílias de baixa renda.

- 1) Foi encaminhado ao Congresso Nacional o **Projeto de Lei do que será o marco regulatório do setor de saneamento básico no Brasil**. O projeto é fruto de debates que envolveram as companhias estaduais de saneamento, governos estaduais, prefeituras e empresas privadas desde setembro do ano passado. O **marco regulatório** visa disciplinar os investimentos em um dos segmentos mais importantes da área social. O novo modelo proposto pretende garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e lixo, e drenagem em todo o país em 20 anos. Além disso, estabelece transparência na fixação de tarifas, controle social e impede o corte de água de consumidores de baixa renda, de escolas e de estabelecimentos de saúde.
- 2) Também foi criado em 2004, pelo Ministério das Cidades e o da Saúde, **Projeto de Regiões Metropolitanas**, que atende as populações localizadas nos bolsões populacionais menos atendidos. Este projeto se destaca pela vanguarda de eleger por meio de seleção pública os projetos a serem apoiados, tendo como base de pontuação um mix de indicadores sociais, ambientais, epidemiológicos, etc.

Reduzir a poluição através de rigoroso controle da emissão de todos os tipos de rejeitos (industriais e extrativos) e dos desejos em geral. Utilizar tecnologias alternativas ecologicamente adequadas.

- 1) Os **rejeitos industriais** (de responsabilidade do MMA) e **utilização de novas tecnologias** (de responsabilidade do MCT) não são responsabilidades do MCidades, que participa da discussão dos temas por meio do Grupo de Trabalho Interministerial em Saneamento.
- 2) O **Projeto de Lei de Saneamento**, que tramita no Congresso Nacional, conta com um capítulo para tratar sobre as questões tecnológicas.
- 3) Com relação aos **resíduos de esgotamento sanitário** o MCidades tem como diretriz as redes de coleta com o devido tratamento, que ajuda a reverter a atual curva de poluição dos mananciais hídricos.

Resoluções

Ações MCidades



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

<p>Descongestionamento dos recursos do FGTS para as empresas públicas de saneamento, autarquias e prefeituras municipais. E alteração da análise de risco da CEF, a fim de viabilizar a tomada de recursos para investimentos.</p>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) A partir de 2003 foram <b>retomados os investimentos em saneamento</b>, por meio de financiamento aos estados, município e suas companhias, como também aos operadores privados. Nos anos de 2003 e 2004 o <b>Governo Federal contratou um montante de R\$ 6,127 bilhões</b>. Os valores referentes aos <b>financiamentos chegaram a mais de R\$ 4 bilhões</b>, cabendo <b>70%</b> destes valores aos Estados e suas companhias de saneamento.</li><li>2) O MCidades continua comprometido com a viabilização de tomada de recursos pelas autarquias municipais, mas o tema extrapola a governabilidade do MCidades.</li><li>3) Quanto a alteração da análise de risco pela CEF foram feitas algumas gestões, mas também não está sob a governabilidade do MCidades.</li></ol>
<p>Retomada do financiamento e dos investimentos</p>	<p>A <b>retomada dos financiamentos está acontecendo em conjunto com o Programa de Desenvolvimento Institucional</b>, que visa apoiar e recuperar os operadores públicos na prestação dos serviços, com mais de 30 Acordos de Cooperação Técnica já assinados.</p>
<p>Colocar o saneamento ambiental na lista de prioridades das três esferas de governo.</p>	<p>Através de um <b>diagnóstico realizado pelo MCidades em 2003 foi apontado que o setor necessita, dentro de um prazo de 20 anos, receber investimentos da ordem de R\$ 178 bilhões</b>. A partir de então foi desencadeado o processo de retomada dos investimentos para o setor, que nos dois (2) últimos anos (2003/2004) somaram um valor de mais de R\$ 6 bilhões (recursos onerosos: financiamento/FGTS/FAT) e não onerosos (OGU) de todos os Ministérios que têm ações de saneamento.</p>

## TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

Resoluções	Ações MCidades
<p>Financiamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Financiamento público do transporte, trânsito e mobilidade urbana. Revisão do contingenciamento dos recursos.</li> <li>2. Criação de fontes estáveis e permanentes de financiamento para o setor, com juros reduzidos. Aquisição de veículos de transporte coletivo e expansão de sistemas metroviários e aquisição de equipamentos.</li> <li>3. Apoiar e financiar projetos de desenvolvimento de corredores estruturais metroviários, ferroviários ou rodoviários, municipais, intermunicipais e metropolitanas de transporte coletivo. Apoiar e financiar projetos de desenvolvimento de corredores estruturais de transporte coletivo em cidades de médio e grande porte.</li> <li>4. Garantir a aplicação de 25% dos recursos da CIDE (Contribuição de Intervenção no domínio Econômico) para o Fundo Nacional de Infra-estrutura de transporte urbano e metropolitanos, promovendo a integração entre os modos de transporte e as políticas de desenvolvimento urbano e regional, com contrapartida dos estados e municípios.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os critérios e diretrizes definidos para o financiamento com recursos do OGU na área de <b>Mobilidade Urbana</b> priorizam o desenvolvimento de sistemas de transporte coletivo, a integração do modo rodoviário com os trilhos urbanos e os deslocamentos não motorizados (calçadas e ciclovias), atendendo a resolução da 1ª Conferência Nacional das Cidades.</li> <li>2. Criado o <b>Pró-Transporte</b> - programa de financiamento de infra-estrutura para o transporte coletivo urbano com recursos do FGTS.</li> <li>3. O <b>programa Corredores de Transporte Coletivo Urbano</b> promoveu o incremento da mobilidade urbana mediante o apoio à implantação de corredores estruturais de transporte coletivo urbano <b>em 13 estados, beneficiando mais de 400 mil pessoas, com um investimento de R\$ 80,5 milhões em 93 projetos de infra-estrutura de transporte coletivo. Em 2005 o MCidades apoiará 15 projetos de corredores, totalizando R\$ 7 milhões de investimento (recursos do OGU).</b> Também existem as <b>emendas parlamentares para este ano, que destinam cerca de R\$ 98 milhões para investimento em corredores.</b></li> <li>4. <b>O Governo Federal ainda não criou o Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transporte Urbano, mas repassou aos governos estaduais o percentual bruto de 29%, dos quais os estados deveriam repassar 25% do recebido a seus municípios.</b></li> </ol>
Resoluções	Ações MCidades



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Barateamento das Tarifas:

1. Promover mudanças no modelo de custeio de transporte coletivo urbano
2. Dar tratamento tributário diferenciado aos serviços de transporte público coletivo
3. Promover uma política nacional de preços dos insumos visando a estabilidade do setor.

1. Foi constituído um **Grupo de Trabalho do Governo Federal** com a participação dos municípios, para debater a proposta de **redução dos custos dos insumos que compõe as tarifas**. O Governo Federal, mantendo seu compromisso, manteve alíquotas reduzidas da Confins e do PIS para o setor. A menor alíquota do ISS hoje disponível é de 2% e uma taxa de administração para este serviço de, no máximo, 3%.
2. O Governo Federal e os municípios se comprometeram a buscar fontes extratarifárias para o custeio de gratuidades, e a revisar o modelo e a metodologia do cálculo tarifário e do vale-transporte. Para 2006 os municípios se comprometeram a legalizar os serviços a fim de formar um sistema único de transporte coletivo e a implantar órgãos gestores de trânsito e transporte. Os Estados, por meio de suas regiões metropolitanas, ainda serão agregados ao compromisso de buscar o barateamento das tarifas.
3. Existe a discussão da proposta de redução do valor do óleo diesel, mas ainda não existe um acordo estabelecido.

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Trilhos Urbanos:

- Apoiar e financiar sistemas de trilhos urbanos com vistas a recuperação, implantação e expansão de sistemas metro-ferroviários.
- Implantação de programas de trens metropolitanos
- Redefinição da CBTU
- Apoiar e financiar projetos de desenvolvimento de corredores estruturais, incrementando o transporte metro-ferroviários, revitalização de áreas lindeiras aos corredores e tbém dos corredores existentes.
- Apoiar e financiar a ampliação da mobilidade urbana, melhorar a qualidade do transporte de passageiros, implantar programas de interfaces urbano/rodoviário-aeroportuário-ferroviário e apoio à projetos de integração intermodal.
- Apoiar e financiar a integração institucional entre os diversos modos de transporte e implantação de programas de tratamento de interfaces.

**CBTU** - Dos quatro metrôs que estão em construção com recursos federais, dois tiveram suas obras retomadas neste governo: Recife, devido à regularização de licitação para as obras da linha Recife/Camaragibe, e Fortaleza. O modelo de descentralização ou regionalização dos sistemas esteve em negociação com municípios e governos estaduais de Pernambuco e as Regiões Metropolitanas do Recife, Minas Gerais e Belo Horizonte. Foram iniciados novos planos de transportes/desenvolvimento urbano relacionados aos novos metrôs ou recuperação das linhas ferroviárias em Recife, Natal e Maceió.

**TRENSURB** - Em 2004 a Trensurb avançou na modernização e eficiência do serviço: aumentou a oferta de trens; implantou o circuito fechado de TV em todas as estações; concluiu a implantação do sistema de sinalização, reduzindo o tempo de percurso; instalou a bilhetagem eletrônica; ampliou o número de itens comprados de origem nacional com resultados positivos: a) aumento da arrecadação decorrente do aumento dos usuários sem aumento de tarifa; b) aumento da segurança dos usuários e funcionários.

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Participação Popular e Controle Social:

- Gerar formas de participação popular na gestão do sistema de transporte público;
- Definir parâmetros de qualidade ao serviço de transporte público coletivo, intensificar o controle e a fiscalização do poder público criando mecanismos de controle popular.

A **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável** foi construída através de processo de discussão com o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e mobilidade Urbana e com o Conselho das Cidades.

Foram realizados seminários regionais pela SeMob e pelo Denatran, nas capitais de 26 estados mais o Distrito Federal, apresentando e acolhendo propostas e sugestões sobre as diretrizes.

### Circulação Não Motorizada:

- Apoiar e financiar a ampliação da mobilidade urbana; apoiar projetos de circulação não motorizada, implantar sistemas de circulação não motorizada.
- Implantação de ciclovias para o acesso ao trabalho;
- Promover políticas de mobilidade sustentável;
- Restrição de circulação de automóveis em locais e horários críticos.

- O Governo Federal estabeleceu uma mudança de enfoque e investimentos e **integrou os modos a pé e bicicleta ao sistema de mobilidade urbana**. Em 2004 foram apoiados **22 projetos** integrados de infra-estrutura relacionada à circulação urbana não motorizada, **investindo R\$ 1,5 milhão**. Esta ação compreende a construção de ciclovias, faixas de pedestres, passarelas, calçadas e passeios, arborização e outros equipamentos.

- Foi lançado o **Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta** que estimula os governos municipais, estaduais e o Distrito Federal a desenvolver e aprimorar ações que favoreçam o uso da bicicleta como modo de transporte; São cerca de **10 projetos pilotos** a serem apoiados, com cerca de **R\$ 2 milhões** em investimentos com recursos do OGU.

- O MCidades aderiu à Jornada Internacional *Um dia sem meu carro*, que ocorre em nível nacional desde 2003. O movimento é uma oportunidade para testar novas medidas relativas à mobilidade urbana.

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Acessibilidade Universal:

- Apoiar e financiar a ampliação da mobilidade urbana; apoiar projetos de circulação não motorizada, implantar sistemas de circulação não motorizada. Acesso aos serviços de transporte coletivo urbano. Implantação de projeto de acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade.
- Exigir a observância das normas de acessibilidade em processos licitatórios.

O **pioneiro Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (Brasil Acessível)** é voltado para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Lançado em 2004 visa estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desempenhar atribuições e desenvolver ações que garantam a acessibilidade.

Também foi criado o **Fórum Nacional de Acessibilidade**, com ampla participação de vários órgãos do Governo Federal e sociedade civil.

**Regulamentação das Leis 10.040/00 e 10.098/00 , pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mediante o Decreto 5.296/04 que estabelece, entre outros itens, a obrigatoriedade da implementação da acessibilidade nos sistemas de transporte coletivo para pessoas com deficiência.**

### Capacitação para Melhoria da Gestão:

1. Capacitar técnica e gerencialmente os órgãos gestores dos serviços urbanos.
2. Seleção de programas de capacitação técnica para implantação de núcleos de planejamento; e apoiar e financiar projetos e ações de educação e conscientização para o trânsito e a capacitação dos trabalhadores da área de transporte.

1. Foi estabelecido o **Programa de Capacitação** que tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos responsáveis pela gestão municipal e metropolitana do transporte e da mobilidade urbana, visando implementar a política voltada para a universalização do acesso ao transporte coletivo

2. A partir de 2005 as ações estão sendo inseridas nos programas Brasil Acessível, Bicicleta Brasil e será criado o Programa de Desenvolvimento de Gestão.

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Gestão Metropolitana Integrada e Compartilhada:

- Apoiar e financiar projetos de desenvolvimento de corredores estruturais metroviários, ferroviários ou rodoviários.
- Estimular a criação de sistemas integrados de gerenciamento de trânsito.
- Melhorar a gestão e a qualidade dos serviços.

O MCidades, em parceria com o BNDES, promoveu o **Seminário Mobilidade Urbana em Regiões Metropolitanas**, que teve como objetivo reunir experiências de planejamento e gestão da mobilidade em 10 importantes Regiões Metropolitanas. Está sendo realizado um levantamento sobre a situação do sistema de transporte nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Natal, João Pessoa e Maceió, visando subsidiar a definição de critérios de futuros investimentos nessas Rms pelo MCidades.

### Fortalecimento Institucional:

- Capacitar técnica e gerencialmente os órgãos gestores dos serviços urbanos.
- Integrar e fortalecer os órgãos do sistema nacional de trânsito.
- Estimular a estruturação de órgãos gestores municipais de transporte e trânsito.

Através do **Programa de Desenvolvimento Institucional** irá se proporcionar condições objetivas para que os estados e municípios aprimorem as ações de suas competências na área de mobilidade urbana, qualificando os serviços.

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Apoio a Planos Diretores de Mobilidade e Transporte:

- Apoiar planos diretores de trânsito e transporte urbano.
- Adotar a sustentabilidade como princípio básico para as proposições a serem incorporadas nos planos diretores das cidades, compatibilizando-o com os planos diretores de recursos hídricos, água e esgoto e de mobilidade.
- Obrigatoriedade, quando na elaboração dos planos diretores, no estabelecimento das políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano em articulação com as políticas públicas setoriais.

- Em cumprimento ao Estatuto da Cidade, que torna obrigatória a existência de um plano de transporte urbano integrado para as cidades com mais de 500 mil habitantes ou situadas em RMs, o MCidades inicia em 2005 um **Programa de Orientação e Capacitação de técnicos e gestores para o desempenho e implementação do plano.**
- A **Campanha Planos Diretores Participativos**, que está sendo realizada pelo MCidades, conta com dois eixos: inclusão territorial dos pobres na cidade e democratização do planejamento e da gestão. **Na Campanha está se inserindo a idéia de trabalhar a mobilidade das pessoas em substituição ao enfoque de planejar apenas o transporte e o trânsito.**

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Lei de Diretrizes para os Transportes Urbanos:

- Definir parâmetros de qualidade ao serviços de transporte público coletivo.
- Incluir dispositivo legal em legislação federal existe ou a ser criada que estabeleça diretrizes nacionais para os municípios, tornando obrigatório relatório de impacto no sistema de trânsito - RIST.

- A **política de Mobilidade Urbana Sustentável** elegeu **4 eixos estratégicos** de ação, que embasam os programas e projetos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. São elas: **integração das políticas de transporte com as de desenvolvimento urbano; melhoria do transporte coletivo, com tarifas mais baratas; racionalização do uso de veículos particulares; e a valorização dos meios de transporte não motorizados.**
- Este ano a prioridade do MCidades na área é a **formulação de uma Lei de Diretrizes e a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável.** O atual modelo de prestação de serviços não atende mais às necessidades da população, tornando-se imperiosa a definição de um marco regulatório claro e estável, para ampliar os investimentos e garantir a universalização do acesso ao transporte coletivo.

Resoluções

Ações MCidades



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

### Novas Tecnologias e Sustentabilidade Ambiental:

- Incentivar o uso de tecnologias, desenvolvimento de pesquisas, gestão e práticas de transporte urbano compatíveis com a sustentabilidade ambiental.
  - Apoiar investimentos para pesquisa de novos combustíveis não poluentes e renováveis.
  - Intensificar a fiscalização e controle de gases poluentes de acordo com as normas ambientais.
  - Incentivar, técnica e financeiramente, as pesquisas de combustíveis não poluente e a sua utilização.
- Atualmente o Grupo de Trabalho do qual o MCidades participa, toma como desafio o desenvolvimento de ações relativas à implementação do **Programa do Biodiesel**.
  - O **Programa Crédito Carbono** contempla estudos de viabilidade para utilização do gás metano.
  - Foi elaborado o termo de **Cooperação Técnica e Institucional entre os Ministérios das Cidades, Minas e Energia e a Petrobrás**, visando atender os municípios interessados. O Termo incentiva a **utilização do gás natural** no transporte de carga e passageiros nos municípios brasileiros.

### MAIS

Além de mudanças institucionais voltadas a aperfeiçoar a atuação dos órgãos do **Sistema Nacional de Trânsito**, o Denatran também promoveu a consolidação da **Política Nacional de Trânsito**, com a concorrência do **Conselho das Cidades**, que participou da formulação de seus objetivos e metas para 2006, 2010 e 2014. Atualmente, as questões de trânsito são compartilhadas com as entidades do Sistema Nacional de Trânsito, com a participação direta de autoridades públicas dos três níveis de governo e de 834 representantes da sociedade nos conselhos do setor.



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

Resoluções	Ações MCidades
<p>Garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, reduzir as desigualdades territoriais, implementar o Estatuto da Cidade</p> <p>a. Apoiar, assessorar e financiar os municípios na elaboração de planos diretores</p>	<p>Reduzir as desigualdades territoriais é o principal objetivo do <b>Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana</b>, criado para apoiar a implementação do Estatuto das Cidades e assessorar os municípios na elaboração de <b>Planos Diretores participativos</b>. O programa busca reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana, promover a inclusão social e garantir a função social da cidade e da propriedade. Através deste Programa e da articulação com outros órgãos do Governo Federal, <b>192 municípios estão sendo apoiados diretamente com recursos do OGU para elaborar o Plano Diretor</b>. Além disso, através de parcerias com os Programas Monumenta e PRODETUR , HBB, entre outros, cerca de 105 municípios estão sendo apoiados. Através da Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, todos os 1700 municípios que têm obrigatoriedade de fazer seus planos até outubro de 2006 serão apoiados.</p>
<p>b. Promover a divulgação do Estatuto da Cidade e dos planos diretores por meio de uma Campanha Nacional, debates com a sociedade civil e produção de material didático.</p>	<p>O Ministério das Cidades, o Conselho das Cidades e inúmeras organizações da sociedade civil estão realizando a <b>Campanha Do Plano Diretor Participativo</b> que visa mobilizar, articular e capacitar atores locais e nacionais para que participem da elaboração e implementação de planos diretores. A Campanha se estrutura através de Núcleos Estaduais com apoio do MCidades.</p>



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

Programa de apoio á Regularização de assentamentos da população de baixa renda

O **Programa Papel Passado**, trata da regularização de assentamentos da população de baixa renda nas cidades, incluindo sua dimensão urbanística ambiental, administrativa e patrimonial. O programa apóia municípios através de transferências de recursos do Orçamento Geral da União - OGU para planos e ações de regularização fundiária, promove a regularização das terras públicas federais, a remoção de obstáculos jurídicos e administrativos para viabilizar a destinação de terras ociosas para fins de moradia, ações de mobilização, treinamento e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. **509 mil famílias** já estão sendo beneficiadas diretamente pelo programa em **26 estados**.

Outra ação têm sido a realização de Convênios de parceria com governos locais e Cartórios afim de garantir a gratuidade do registro de imóveis de famílias de baixa renda, beneficiadas por processos de regularização fundiária.

**Resoluções**

**Ações MCidades**



## Resoluções 1ª Conferência X Ações do MCidades

<p>Apoiar a implementação de programas municipais, regionais e estaduais de prevenção de ocupação de áreas de risco de deslizamento e enchentes.</p>	<p>A <b>ação para a redução e erradicação de riscos</b> busca apoiar municípios no planejamento da redução de casos de desmoronamento em encostas, erosão e enxurradas, definindo prioridades e estratégias necessárias para evitar a ocorrência de mortes durante os períodos chuvosos mais intensos. O objetivo é beneficiar as pessoas que moram em encostas de favelas, loteamentos irregulares e outras ocupações precárias com ações de prevenção. 52 municípios e 3 Estados estão sendo beneficiados por este Programa.</p>
<p>Revitalização de áreas urbanas centrais</p>	<p>Este é o objetivo do <b>Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais</b>, que promove o aproveitamento dos imóveis urbanos subutilizados e ações integradas que sustentem a diversidade funcional e social das áreas centrais, sua identidade cultural e sua vitalidade econômica, com o propósito de reverter o modelo de urbanização baseado na contínua expansão das fronteiras das cidades, propiciando a moradia nas áreas consolidadas e com acesso a urbanidade garantida.</p>
<p>Revisão da Lei 6766 e legislação correlata garantindo a qualidade de vida dos cidadãos, adequando-as à realidade local.</p>	<p>O MCidades e o Conselho das Cidades têm debatido e elaborado proposições que são enviadas à Câmara dos Deputados no processo de Revisão da Lei 6766.</p>